

Sindicatos irritados com 50 milhões de Centeno

Com a não atualização dos escalões de IRS, funcionários públicos arriscam perder o aumento salarial. Frente Comum, Fesap e STE mantêm greve para dia 26. Negociações prosseguem

Lucília Tiago

ltiago@dinheirovivo.pt

FUNÇÃO PÚBLICA À ausência de qualquer indício sobre aumentos salariais na proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2019 juntou-se ontem a insistência do ministro das Finanças em que a verba disponível para fazer esta atualização são 50 milhões de euros. Mas o que mais contribuiu ontem para fazer subir o tom de indignação dos trabalhadores foram as contas do ministro das Finanças, segundo as quais, entre progressões e promoções, os funcionários públicos terão um acréscimo remuneratório de 121€ neste e no próximo ano.

Entre progressões e promoções, o descongelamento das carreiras dos funcionários públicos fará a despesa com pessoal aumentar cerca de 837 milhões de euros entre 2018 e 2019 – ficando a maior fatia, de 540 milhões de euros, para o próximo ano. Uma verba que, disse Mário Centeno durante a conferência de imprensa de apresentação do OE, fará com que, em média, cada trabalhador da Administração Pública tenha um aumento médio de 121€. Em percentagem, o acréscimo, precisou, será de 3% em 2019.

E OS SALÁRIOS?

Relativamente ao aumento dos salários, quando questionado sobre esta matéria, o ministro das Finanças afirmou o que tem sido dito: “Nestas medidas temos uma disponibilidade orçamental para aumentar salários de 50 milhões de euros. Essa é a resposta e a dimensão do orçamento para Administração Pública”.

“Misturar progressões com aumentos salariais que não existem não é um exercício aceitável”. Foi desta forma que o secretário-geral da Federação dos Sindicatos da Administração Pública reagiu às palavras de Centeno. As críticas de José Abraão não ficaram por aqui. Para o dirigente sindical, “não se faz aumento salarial nenhum na Administração Pública com 50 milhões de euros”, muito menos quando “não existe sequer uma proposta de aumento”.

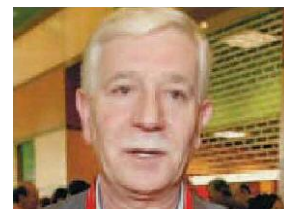
PROTESTO GANHA FORÇA

Os motivos para avançar para a greve no dia 26 de outubro acabaram assim por ganhar novo fôlego. “50 milhões de euros não dá para nada”, referiu, por seu lado Ana Avoila, da Frente Comum, assinalando que “com aquelas contas em que misturou tudo”, o ministro fez com que “haja

ainda mais razões para ir para a greve”.

À ausência de uma proposta concreta de aumentos salariais – porque nas reuniões já realizadas no Ministério das Finanças não se foi além de cenários – os dirigentes sindicais somam outro problema: o facto de os escalões ficarem este ano inalterados. “Essa verba de 50 milhões não é nada e aumentar os trabalhadores em 5€ não é nada, além de que, com a não atualização dos escalões do IRS, até há o risco de o aumento reduzir o rendimento líquido de alguns trabalhadores”, precisa a presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, Helena Rodrigues.

Simulações realizadas pela Ernst & Young indicam que, num salário de pouco mais de mil euros que tenha uma atualização de cinco, verá metade desse aumento ser absorvido pelo IRS. Ou seja, em termos brutos, o rendimento aumenta 70 euros por ano, mas o líquido apenas avança 45. ●



José Abraão

Secretário-geral da Fesap

“É um OE de continuidade, sem grandes novidades, mas tornou-se um logro para os funcionários públicos”



Ana Avoila

Coord. Frente Comum

“Depois de 10 anos sem aumento, o Governo mistura tudo para falar em atualizações superiores a 3%”

Data: 17.10.2018

Título: Sindicatos irritados com 50 milhões de Centeno

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 8



Helena Rodrigues
Presidente do STE

“A proposta de OE do Governo não dá resposta às reivindicações dos funcionários públicos”



Mário Centeno
Ministro das Finanças

Função Pública

Medidas com impacto nas despesas com pessoal

Valores em milhões de euros	2018	2019	Total
Descongelamento de carreiras	295	542	837
Progressões	260	487	747
Promoções	35	55	90
Outros efeitos remuneratórios	207	105	312
Subsídio a enfermeiros especialistas, horas extra e horas de qualidade	95	23	118
Subsídio de refeição	18		18
Salário mínimo	20	17	37
Vinculação e reposic. professores	14	12	26
Reposicionamento na tabela dos AO	10	9	19
Outros (carreira TSDT, subs. magistrados, RV/RC, emprego científico)	50	44	94
Subtotal	502	647	1149
Variação com despesas com pessoal das administrações públicas	2,5%	3,1%	
Aumento do número de efetivos	107	111	218
Reforço contratações administrações públicas	62	70	132
35 horas (contrato individual de trabalho) SNS	35	31	66
Reforço de assist. operacionais nas escolas	10	10	20
TOTAL	609	758	1367
Variação das despesas com pessoal nas administrações públicas	3,0%	3,7%	

Inclui estimativa de impacto da avaliação SIADAP do biénio 17-18 FONTE: MF

Area: 607cm² / 54%

Tiragem: 66.504

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6261684